

Os Kaiowá e Guarani Como Mão De Obra Nos Ervais Da Companhia Matte Laranjeira (1890-1960)

Eva Maria Luiz Ferreira

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil
evam@ucdb.br

Mariana Silva Falcão

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil
mariana_s.falcao@hotmail.com

Resumo: Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) houve, por parte do governo, a preocupação de proteger as fronteiras, consideradas vulneráveis, mediante a abertura da região para investimentos econômicos. Instala-se então em pleno território tradicional kaiowá e guarani a Companhia Matte Larangeira, primeiro grande empreendimento econômico no sul do então estado de Mato Grosso. A empresa monopolizou por cerca de 50 anos a exploração de erva mate nativa, com ampla participação dos indígenas como mão de obra na extração e manipulação da erva extraída. A proposta da presente pesquisa é investigar a participação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, no agenciamento da mão de obra e no deslocamento das famílias para liberação das terras para a colonização. O trabalho encontra-se apoiado na revisão bibliográfica sobre a Companhia Matte Larangeira e em microfilmes e documentos do SPI, disponíveis no Centro de Documentação e Biblioteca Digital Teko Arandu/NEPPI-UCDB. Conclusões ainda provisórias permitem afirmar que as consequências da exploração dos recursos naturais no território indígena e o processo de confinamento que lhes foi imposto constituem a fonte principal dos problemas vivenciados pelos indígenas no momento atual, em especial no que se refere à organização social.

Palavras - chave: Kaiowá e Guarani; empreendimentos econômicos; território; SPI.

Introdução: Companhia Matte Laranjeira – o lucrativo negócio da erva

Com o término da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) que também é conhecida como Guerra do Paraguai, começaram os primeiros trabalhos para a demarcação das fronteiras que estavam vulneráveis devido à guerra entre Brasil e Paraguai, onde foi enviada uma comissão de limites para percorrer o território situado

entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e Salto do Sete Quedas em Guairá, Paraná. A faixa de fronteira Brasil-Paraguai guarda uma abundante reserva do produto, constituindo um elemento adicional na disputa dos limites (DORATIOTO, 2002, p. 39).

As demarcações da fronteira Brasil e Paraguai chegam ao fim em 1874. A comissão era comandada pelo coronel Enéas Galvão¹, e no posto de comandante militar encarregado de evitar qualquer agressão indígena o então capitão Antônio Maria Coelho. Fazia parte também desta comissão o empresário do ramo alimentício Thomaz Laranjeira, responsável pelo fornecimento de alimentação a expedição, que logo viu na região grandes possibilidades econômicas.

Com o intuito de explorar as possibilidades econômicas da região, Thomaz Laranjeira se estabelece no Paraguai onde começa a exploração da erva-mate a espera da concessão para instalar-se no Brasil, mas ao mesmo tempo funda uma fazenda de gado em Mato Grosso (CORREA FILHO, 1925). Para explorar os ervais nativos mato-grossenses localizados em terrenos tidos como devolutos, Laranjeira recorre ao seu amigo Rufino Enéas Galvão, que tinha sido nomeado presidente da província de Mato Grosso, conseguindo assim o decreto imperial nº 8799, de nove de dezembro de 1882, tornando-se o primeiro concessionário legal por um período de dez anos, como podemos observar no relatório citado por Jesus (2004, p. 30):

É concedida a Thomaz Laranjeira permissão por 10 anos para colher mate nos ervais existentes nos limites da Província de Mato Grosso com a Republica do Paraguay, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambay e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 kilometros².

Num primeiro momento, o referido decreto permitiu que os moradores locais que já trabalhavam com a atividade ervateira na área de concessão continuassem a tirar o seu sustento da erva mate nativa, reconhecendo o direito dessas pessoas de trabalharem com a extração e manipulação da erva. Guillen (1991, p. 45-46) analisa as mudanças realizadas nas cláusulas contratuais no decorrer do processo de arrendamento:

¹ Enéas Galvão, também conhecido como Barão de Maracaju, figura relevante na demarcação da fronteira entre Brasil e o Paraguai, exerceu o cargo de comandante da expedição.

² Decreto nº 8799 de 9 de dezembro de 1882 - legislação sobre o mate de 1833 a 1935, p. 13. Instituto Nacional do Mate – INM. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

O Decreto de 1882, cláusula VI, manifesta que “o concessionário não poderá direta ou indiretamente impedir a colheita de erva-mate aos moradores do território [...] que viverem de semelhante indústria e dela tirarem os indispensáveis meios de subsistência”. Na Cláusula IV a concessão obrigava a zelar pela conservação dos ervais “não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal”.

Em 1892, Antonio Maria Coelho é deposto do governo. Assume o poder a família Murtinho, que busca direcionar a exploração da erva-mate em seu benefício. Diante disso, o concessionário é pressionado a vender seus direitos de arrendamento (GUILLEN, 1991, p. 21). Nesse mesmo ano, é feita a primeira investida no “negócio da erva” pela família Murtinho, por meio do Banco Rio e Mato Grosso³ através de uma concessão para extrair erva mate nos terrenos devolutos ao sul do Rio Iguatemi.

Desprovido de capital necessário para investir em sua empresa e impedido de vender a concessão, contratualmente determinada intransferível, Larangeira, em 1891, contrai um empréstimo junto ao recém-criado Banco Rio Mato Grosso, presidido por Joaquim Murtinho. No ano seguinte o banco compra 97% das ações da companhia, cabendo o restante a Joaquim Murtinho, Thomaz Larangeira e outros (VIETTA, 2007, p. 49).

Com o apoio do poder público, Larangeira consegue através do Estado, o reconhecimento legal da exploração da erva mate naquela região (ARRUDA, 1997). Essas relações de poder facilitaram que a Companhia Matte Larangeira criasse um monopólio da extração da erva, de maneira a impedir que outros também fizessem esse trabalho. A área é cada vez mais ampliada graças à amizade mantida por Larangeira com políticos influentes como os Murtinho e Antônio Maria Coelho.

Com o advento da República, as terras legalmente consideradas devolutas passam para a responsabilidade dos Estados, beneficiando assim os interesses da Companhia, como descreve Arruda (1985, p. 218):

[...] desta forma, através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área

³ Sobre O Banco Rio - Mato Grosso ver: Paulo Roberto Cimó Queiroz – Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, Junho de 2010.

arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular.

Por meio dessa resolução, os limites das posses da Companhia estendem-se “[...] desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante e Sta. Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças” (ARRUDA, 1985, p. 218).

O domínio da Companhia Matte Larangeira começou a encontrar oposição a partir de 1912, quando tratava de renovar os arrendamentos. Mesmo assim, a Companhia chegou ao seu auge em 1920. Lograram renovar o arrendamento sobre um total de 1.440.000 hectares, através da lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. Mas a mesma lei que liberou a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros, atinge em cheio seu monopólio. Com a criação no território de Ponta Porá, pelo então presidente Getúlio Vargas, anula-se os direitos da Companhia Matte Larangeira que pendura até o ano de 1943 (BRAND, 1997, p.87).

As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingiram significativamente o território dos Kaiowá e Guarani (BRAND, 1997, p.63). Sendo a primeira frente de expansão econômica em seu território, e embora a maioria dos historiadores revele que a mão de obra amplamente predominante nos ervais tinha sido a paraguaia, ocorreu em várias regiões o significativo engajamento dos índios Kaiowá e Guarani nos trabalhos relacionados à colheita e ao preparo da erva-mate, como tem sido abundantemente descrito de diversos indígenas.

O SPI No Sul De Mato Grosso E A Demarcação Das Reservas Indígenas

De acordo com Monteiro (2003, p.32), “a Inspetoria de Campo Grande (5ª IR) foi uma das primeiras a ser criada, destinava-se a atender os índios localizados no Sul de Mato Grosso e São Paulo”. O SPI iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da atual Grande Dourados, cinco anos depois, em 1915, um ano antes do fim, sob o aspecto legal do monopólio da Cia. Matte Larangeira (BRAND, 1997). Os Kaiowá estavam localizados, em sua maioria, em pequenos grupos

macrofamiliares, conforme sua organização social, espalhados por seu território tradicional, ao Sul do Estado de Mato Grosso, que coincide com a zona ervateira. Em 1915, por meio do decreto n. 404 e ofício 180, é criada a primeira reserva indígena - Posto Indígena Benjamim Constant, composto pelas etnias Kaiowá e Guarani, consideradas pelo órgão oficial, segundo consta na documentação, como integradas. Ainda segundo o mesmo órgão, esses mesmos índios ocupavam quatro outras áreas dentro da mesma região. Eram elas Pirajuí, hoje localizada no município de Paranhos; Cerro Peron/Takuaperi, município de Coronel Sapucaia; e Ramada, município de Tacuru. A administração dessas áreas era feita pelo encarregado do posto Benjamim Constant, e cada aldeia possuía um capitão responsável, sendo que o total da população no posto indígena era, naquele período, de aproximadamente 548 indígenas.

Em 1917, de acordo com o Decreto n. 404, de 03/09/1917, é criado, pelo Major Nicolau Bueno Horta Barbosa, o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, um dos mais populosos Postos indígenas do sul do antigo Mato Grosso, localizado entre os municípios de Dourados e Itaporã. Para o referido foram levados os povos Terena, Guarani e Kaiowá, vale lembrar que a reunião de povos distintos em uma mesma região era uma prática comum do SPI. Conforme as Instruções Internas do SPILTN/1910, nas povoações indígenas seriam reunidas os índios das mais distintas tribos. “O SPILTN visava a modificar as formas tradicionais de organização e valorização dos espaços praticados por essas populações” (PERES, 1999, p. 46). No caso das populações indígenas do sul de Mato Grosso, Pereira (2003, p. 143) observa que “com o confinamento nas reservas, passam a conviver com comunidades com as quais inexitem vínculos sociais de parentesco, aliança política e solidariedade religiosa. Resultam daí sérios problemas de convivência”. Por meio do Decreto n. 684, o governo do Estado criou o Posto José Bonifácio, em 20 de novembro de 1924. Reservou para os índios Kaiowá, 3.600 hectares de terras, em atendimento a uma solicitação da Inspeção, feita por meio do ofício n. 352, de 22/10/1927, conforme se observa no relatório a seguir:

Fundado em abril de 1927, o posto que, pelo número de índios, sua boa disposição para o trabalho e qualidade dos ervais era certamente dos mais esperançosos de Mato Grosso. Antes da fundação, **os índios viviam obrigados entre si e explorados por traficantes de erva** que no seu interesse promoviam tais desavenças⁴.

⁴ Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barboza ao SPI – Inspeção no Estado de Mato Grosso, 1927, grifos nossos.

Nesse trecho do relatório se notam alterações no cotidiano da organização familiar indígena, com a presença de pessoas não indígenas entre esses grupos. Sobre a criação dessas primeiras reservas, o servidor do SPI, Genésio P. Barboza, assim escreve:

E é nessa faixa de terra, riquíssima em herbaes, que vivem os índios caiuás, cujos maiores núcleos são: “Posto Francisco Horta, Aldeia do Tehy-Cuê, hoje transformada no esperançoso 'Posto José Bonifácio”. Aldeia do Patrimônio União, Aldeia do Serro Perón. Aldeia do Ibera-Moroty, Aldeia do Ipenhum. Aldeia do Uputitan e Aldeia de invernada Tujá⁵.

Em 1928, outras cinco reservas são reconhecidas como terras de usufruto dos Kaiowá e Guarani. Uma é a reserva de Limão Verde e as demais são os postos indígenas Takuaperi, no município de Coronel Sapucaia, Ramada ou Sassoró, no Município de Tacuru, Porto Lindo, em Japorã e Pirajuí, no Município de Paranhos (BRAND, 1997). O Estado objetivava prestar assistência e proteção aos índios, promovendo, ao mesmo tempo, a sua passagem da categoria de índios para a de agricultores não índios. Para isso, na visão do SPI, era fundamental a criação de reservas indígenas que permitissem liberar o restante da terra tradicionalmente ocupada pelos índios para as frentes agrícolas.

Essas reservas seriam, ainda, os espaços necessários para o processo de integração dos índios, ou para o processo de sua passagem para a condição de trabalhadores rurais. A história contemporânea dos índios Kaiowá e Guarani é profundamente marcada por conflitos e violências relacionadas à posse do seu território tradicional. O cotidiano dessas populações passou a ser marcado pela violência física e moral e pela indiferença e preconceito por parte da população regional, consequências da chegada das frentes de exploração na região e da intensa disputa em torno da posse das terras que se instala na região.

A Presença dos Kaiowá e Guarani no cotidiano erivateiro: modalidades de trabalho

⁵ Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barboza ao SPI – Inspetoria no Estado de Mato Grosso, 1927 (in: MONTEIRO, 2003, p.71).

Na década de 1920, toda a região dos ervais já estava dividida em “ranchos” pela Companhia Matte Larangeira. No rancho era onde tudo acontecia desde a localização do erval dentro da mata ao seu ensacamento. O trabalho ervateiro exigia várias etapas, sendo dividido em categorias. O habilitado era aquele que se embrenhava na mata sempre em busca de novos ervais, ao encontrar o erval já se instalava um novo rancho no local. Na segunda categoria se encontrava a figura do mineiro.

O senhor Bernardo Vilfrido Brizuenha, proprietário da Erva Mate Globo, descreve a importância do trabalho do mineiro na condução do trabalho ervateiro:

[...] mineiro ia com o capataz, distribuindo, tinha paradas para tratar a erva, eles não podiam muito passar de 500 metros, passava de 600, de 300 de acordo com a parada, que seguramente cortavam e carregavam na cabeça. Um exemplo, até os 200, 300 quilos, na cabeça, conduzindo os mineiros [...]⁶

Essa etapa exigia um número significativo de pessoas, que carregavam mais de duzentos quilos de erva-mate cortada nas costas até os ranchos, em seguida era levada ao barbaquá.⁷ A fala do Kaiowá João Aquino, que veio a falecer em 2005 com 103 anos em Amambaí, na Terra Indígena de Taquara⁸, é de suma importância, pois exerceu na Companhia a função de habilitado em Porto Guairá, PR. Aquino nos deixou valiosas informações sobre o cotidiano ervateiro, desde a descoberta do erval e a negociação com a Companhia Matte até a finalização do trabalho:

Trabalha, por exemplo, o senhor vai procurar um no mato [função de habilitado], aonde tem muito erva que vai dar uns 300 sacos, assim você já vai conversar com a Companhia: "aqui eu achei erva, assim você já vai conversar bastante lá no mato". Então ele deu pra você ferramenta já pra você trabalhar no mato, tirar erva [...] mas depois que você trabalha lá tira erva, embolsar tudo, bater, tem que bater primeiro, depois deixa moída e ensacar cada, aí se tem 20 sacos já pode vender [...] eu fiquei habilitado quando eu estava no Porto Guairá, mas não é aldeia, assim no mato. E também ali tem o, tá ocupando muita pessoa, alguém, a gente que trabalha na erva. Tem, tem que ter aquele pesador, pesando erva, erva, folha de erva sapecado aquele tem, que pesar aquele chama Comissário. Agora tem o

⁶ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB- K7 2091, p.12.

⁷ Estrutura destinada a secagem do mate. Possui, geralmente, a forma côncava. Seu tamanho varia de acordo com a produção. Sua matéria prima é a madeira (SEREJO, 1986, p. 59).

⁸ Sobre a Terra Indígena de Taquara ver: Brand, Antonio, *A aldeia Taquara* - Documentos. TELLUS, ano 3 n^o4. Ed. UCDB, Campo Grande, 2003, p. 149-167. Pereira, Levi M. 2005^a. Relatório de identificação da Terra Indígena de Taquara. Município Juti, Mato Grosso do Sul, Documentação FUNAI, mimeo, Brasília.

capataz pra fazer, é, picada pra tirar erva. Tem [...], 2º Capataz, 1º Capataz assim que vai. Depois aquele que trouxe erva, é folha de erva, deixa no Barbakua, o Barbakua já está pronto ali também, tem que cavocar ali, lá sai fogo lá. [...] E ali deixar em Barbaqua deixa em cesina (charque), como assa também carne, mas assim, põe vara, aí carrega folha, folha verde. [...] Ali tem 1000, 2000 quilos erva, folha de erva né, barbakuasero sobe lá e vai mexendo, mexendo, mexendo até que ficou vem sequinho, aí derruba aquele Barbakuasero [...] sabe, tem outra pessoa que vai que vai bater agora depois que ficar bem moído, entregar para aquele que tem saco pra embolsar. Assim que é, vai muito pessoa que tá trabalhando ali, tá ocupando muita pessoa aí.⁹

Os indígenas exerciam na Companhia Matte Larangeira um trabalho mais pesado, e que demandava um grande número de pessoas. Ao perguntarmos para o senhor Agripino Benites, guarani de 49 anos, residente da Terra Indígena Te'ýikue, no município de Caarapó, MS, se o índio exercia algum cargo de chefia, ele nos afirma:

[...] Não, essa é uma coisa até hoje nunca ouvi, que a indígena ser um capataz, seja ser um fiscal, seja ser um patrão. Nunca ouvi, e com certeza os paraguaio tem mais chance de levar essa conduta, de administra o próprio é serviço no caso né [...] os paraguaio como são mais envolvido entre eles memo né, e talvez também os paraguaio mais puxa-saco ao lado do patrão, pega mais ao lado deles né. Havia essa grande manipulação do lado indígena no caso né¹⁰.

O trabalhador indígena e o paraguaio desempenhavam funções como mineiro e habilitado. Residiam provisoriamente em “ranchitos”, que se localizavam nas proximidades dos ranchos. Havia nesses espaços certa mobilidade das famílias ao terminar o trabalho, e o rancho era transferido para outro local, sempre em busca de novos ervais.

As famílias kaiowá e guarani foram deslocadas de suas aldeias, acompanhando a instalação de ranchos para a coleta da erva. Esse deslocamento por vezes era intenso e prolongado. O contato com os trabalhadores não indígenas nos ervais contribui para o enfraquecimento da organização social, sobre a qual interferiram, também, as epidemias e novas doenças que, segundo diversos interlocutores indígenas, tornaram-se comum nesse período e são indicadas como causa para o abandono de muitas aldeias tradicionais (BRAND, 1997).

⁹ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB- K7 2092, p.5.

¹⁰ Entrevista realiza na aldeia Te'ýikue por Eva M^a. L. Ferreira, Mariana Silva Falcão, Rodrigo Barbosa Diniz e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB – TK 2073. CD

O trabalho indígena em alguns casos é admitido por diversos relatos de não indígenas como uma atividade subsidiária como, por exemplo, o corte da madeira. Na entrevista realizada em maio de 2012, o senhor Agripino Benites comenta, sobre a participação indígena no corte da madeira:

[...] É lógico, tem também lenheiro próprio que faz, tira lenha tem 4, 5, 6 peão que corta só a lenha né, e deixa tudo empilhadinha na beira do carregador, e a carreta com boi passa pra poder carregar e deixa na boca do forno [...]¹¹.

Talvez, os índios tenham certa predileção pelo corte da lenha, pelo grau de liberdade que lhes assegurava. De outra parte, esta sensação de liberdade pode estar relacionada com o *oguatá* (caminhar)¹², pois caminhando se faz tudo: resolve problemas, visitam-se os parentes, etc. Ao sair da aldeia e caminhar para ir cortar lenha, também era uma forma do índio exercer essa prática mítica.

A fala do senhor Agripino Benites foi de grande relevância, pois seus pais foram trabalhadores da companhia Matte Larangeira. Seu relato nos traz importantes informações a respeito de como foi o cotidiano ervateiro:

[...] Era muito trabalho e pouco salário, ganho no caso é muito mixaria eles fala que naquela época, as coisa era barata mas não é, é muito mixaria. O meu pai ta vivo ainda ele anda meio uma perna meio, meio aberta assim ai é, uma de tanto ergue peso, peso de erva no caso porque erguia de 20 arroba, 20 arroba, são 200 quilo, de 25 arroba, pra ergue 25, eu vi uma vez ergue de chão assim pra cima, coloca a cambala [...] anda mais uns 50 metro, colocava aquele raído em cima do toco assim, chama se tambo em cima daquele toco, ai e ai pra poder descansar um pouquinho depois chega no lugar adequado [...] meu pai mesmo ele foi varia vezes, se machucou se corto e tal e, quase morreu né ele foi picado de cobra¹³.

Apesar de o trabalho indígena ter reconhecimento apenas no corte da lenha na fala de muitos não indígenas, os dados que são discutidos nessa pesquisa, nos mostra que a participação indígena foi com certeza muito mais ampla. Participaram efetivamente junto com suas famílias em várias etapas que o preparo da erva-mate

¹¹ Entrevista realiza na aldeia Te'ykue por Eva M^a. L. Ferreira, Mariana Silva Falcão, Rodrigo Barbosa Diniz e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UDCB – TK 2073. CD.

¹² Sobre o Oguatá ver: Antonio Jacó Brand (1997).

¹³ Entrevista realiza na aldeia Te'ykue por Eva M^a. L. Ferreira, Mariana Silva Falcão, Rodrigo Barbosa Diniz e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UDCB – TK 2073. CD.

exigia. Ao trabalhar na Companhia Matte Larangeira, os índios poderiam satisfazer os bens que tanto buscavam como ferramentas, machados e roupas. Alguns dos relatos indígenas nos evidenciam que essa era umas das formas de pagamento pelo seu trabalho e o principal interesse para o engajamento no trabalho com a erva-mate.

Documentação Histórica

As reservas foram demarcadas em regiões onde predomina um abundante reservatório de ervais e próximo aos centros urbanos, facilitando o agenciamento de sua mão de obra. Com base em pesquisas documentais, selecionamos alguns documentos relativos a esse processo histórico que permitem compreender o quanto os órgãos responsáveis pela defesa dos direitos indígenas foram negligentes, contribuíram incisivamente para o seu confinamento. Como atesta Manuela Carneiro (1992, p. 8) “o resultado contraditório dessa política indigenista correta, fez como consequência a eliminação física e étnica dos índios, sua eliminação como sujeitos históricos”.

A documentação a seguir está disponível no acervo de microfilmes do Centro de documentação Teko Arandu/NEPPI-UCDB (www.neppi.br/cedoc):

[...] desinteligência havida entre o encarregado, Snr. André Gaudie Leite, e o fornecedor, Snr. Jayme Machado. Devo antes manifestarvos o meu grande pesar ao ver surgir no Tehy-Cuê essa questão sobremodo prejudicial à marcha dos serviços e na qual, improficuamente, se empenhariam pessoas que, pela função que uma exerce e pela confiança vossa de que se tornou outra depositária, estavam no dever de empregar todo esforço, em uma ação conjunta, para o aproveitamento e aplicação da grande renda ervateira que comportam aquellas terras riquíssimas [...]. [...] Procurei, também, me informar junto aos índios de como estavam encarando a questão do fornecimento. De muitos ouvi reclamações, que eram incontestavelmente procedentes, quanto ao preço elevado porque estavam sendo vendidos os artigos do armazém. Alguns me disseram que não mais trabalhariam na elaboração de herva, para receberem em pagamento objetos caros e de qualidade inferior. No posto Tehy-Cuê não havia gêneros alimentícios e tive como alimentação latas de conservas que no armazém restavam [...].[...] Agora, o aparecimento da dívida dos índios para com o Faraon, que motivou a entrega a ele de 2.000 quilos de herva, forçou-me à indagação das anteriores relações suas no aldeamento. Elle foi um dos maiores exploradores dos hervaes do Tehy-Cuê, sabendo se conduzir com tal perícia, que dispunha até de prestígio junto aos índios [...]. [...] Faraon mantinha negócios ilícitos, disso sendo prova mais que precisa as contas arrecadadas entre os índios, em cujos lançamentos se notam importâncias em dinheiro, o que exclui, em absoluto, a lisura da transação. Documento: Relatório-De:

Genésio Pimentel Barbosa - Aux. da Inspetoria Índios - Para: Sr. Dr. Inspector do SPI neste Estado¹⁴.

Recebi do Sr. Leonardo Correa Rocha, Encarregado do Posto indígena Jose Bonifacio, a importância supra dos DUZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO CRUZEIROS (CR\$ 292.494,00), relativo a elaboração de 48.749 quilos de erva no referido posto, a razão de CR\$ 6,00 o quilo.

Ponta Porã, 20 de dezembro.

Henrique Luiz¹⁵

Ponta Porã, 30 de Junho de 1956

O rogo de Bibiano Villarba

Manoel Capillé Nétto

Recebi do Snr. Pantaleão Barbosa de Oliveira, Encarregado do Posto Indígena "José Bonifacio, do S.P.I., a garantia de vinte e três mil quinhentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta centavos (CR\$ 23.592,50) por serviços por mim empreitados com o mencionado senhor pantaleão, sendo: Elaboração de nove mil e trinta e sete (9.037) quilos de herva mate extraídos nas terras do citado posto [...] construção de um barbaquá novo, concerto de um barbaquá antigo [...]. [...] Sendo assim verdade, e para melhor clareza, mandei escrever o presente recibo e por não saber ler nem escrever, pedi ao senhor Manoel Capilé, assinar¹⁶.

Os relatos anteriores reforçam a participação indígena no trabalho com a erva mate. A sua invisibilidade no cotidiano ervateiro é mais uma manobra da Companhia Matte Larangeira para não reconhecer a mão de obra indígena e conseqüentemente a expropriação de seu território.

Posto Indígena José Bonifacio 28 de Setembro de 1956

Pantaleão Barbosa de Oliveira

Aux. Da Inspetoria

Senhor Chefê da I.R-5- Campo Grande

Tendo em vista a denuncia publicada no jornal o Democrata nº 573 de 2 de Setembro de , com o título " No Posto Indígena José Bonifacio". Os índios protestam contra o desvio de seus pertences.

¹⁴ Fonte: Museu do Índio, microfilme 341, p. 1296 a 1301, anexo n.º onze, Rio de Janeiro. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

¹⁵ Fonte: Museu do Índio, microfilme 010, planilha, 00138, fotograma, 00064, Rio de Janeiro. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2012.

¹⁶ Fonte: Museu do Índio, microfilme 010, planilha, 00138, fotograma, 00225, Rio de Janeiro. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2012.

E em cumprimento da ordem o acusado encarregado do aludido Posto informa os seguintes. [...] Desaparecimento de 2 vacas manças com crias e um novilho de 4 anos para o churrasco dos índios dia 19 de abril [...]. [...] Venda de terras dos índios; não passou pela ideia desse encarregado. Índios denunciadores; João Aquino, Cassiano Aquino, Manoel Rosa, João Isnardi e Bibiano Vilhalva, os 3 últimos seduzidos por os irmãos aquinos estes de ideia Comunistas¹⁷.

Ao analisar o documento acima, verificamos como era a vida dos índios dentro das reservas. É evidente que os funcionários do SPI sabiam do que se passava e muitas das vezes nenhuma atitude era tomada. Os índios não conseguiam fazer valer os seus direitos, embora claramente explícito nas leis vigentes. Segundo Tônico Benites, com a Companhia Matte Larangeira não houve perda territorial: “Como, para a realização desse extrativismo vegetal, não se expulsavam os indígenas do seu território, e, assim, havia poucos conflitos entre os Guarani-Kaiowá e não indígenas”¹⁸.

Mas na fala do senhor Agripino Benites 49 anos, índio Guarani morador da aldeia Te'yikue:

[...] a indígena, aquela pessoa que não quer trabalhar, é se ao redor de casa tem bastante erva ele manda embora, eles manda embora né ou ele trabalha ou sai dali. Então tudo isso tem aquela, aquela pressão né pressão da essa companhia no caso, de mandar embora a família do local, de deixar, de abandonar né, ou fica ou trabalha então a coisa que é por aí que o índio acaba tendo que se entregar pra poder trabalhar nessa erva mate. Então veja assim por isso que existe muito lugar de Tekohakue, muito lugar que o índio morava, deixava, abandonava então existe muita pressão, pressão de, de pessoal trabalha no caso né [...]. [...] É foi uma pressão muito grande né essa grande empresa de exploração de erva, também pressiona indígena pra poder trabalhar né então o índio começa ficar assim de medo né, de não trabalhar vou morrer e assim por diante [...]¹⁹.

A ameaça do território é confirmada no documento a seguir:

Campo Grande, MT.
Of/n-90 14 de Abril de 1953
Chefe da I.R.5
Sr. Manoel G. Nogueira-DD. Sub-Delegado de Polícia-Vila Juti-
Terra dos Índios

¹⁷ Fonte: Museu do Índio, microfilme 010, planilha, 00138, fotograma, 00249, Rio de Janeiro. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2012.

¹⁸ Entrevista realizada na aldeia Te'yikue por Eva M^a. L. Ferreira, Mariana Silva Falcão, Rodrigo Barbosa Diniz e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UDCB – TK 2073. CD

¹⁹ Entrevista realizada na aldeia Te'yikue por Eva M^a. L. Ferreira, Mariana Silva Falcão, Rodrigo Barbosa Diniz e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UDCB – TK 2073. CD

[...]Tenho a satisfação de acusar o recebimento da carta de V.S., endereçada a este serviço, s/data, chegada às mãos- desta chefia por intermedio do seu aux. E encarregado do Posto Indigena Francisco Horta, Sr F. Duarte.

De momento, face o telegrama que recebemos da Diretoria, no Rio, e encaminhado por Cópia ao Agente Alaor, em 20-3-53, é a) é natural o receio dos índios em plantarem **receios de uma possível represália por parte da Mate Laranjeira**, entretanto estamos certos que os direitos perante o judiciario, não são capazes de desprezar o direito alheio [...]²⁰

Considerações finais

A história dos Kaiowá e Guarani é caracterizada por conflitos decorrentes de disputas pela posse de seu território tradicional, marcada por negociações, promessas e acordos mal cumpridos. A vida dessas populações alterou-se radicalmente após a conhecida guerra do Paraguai, (1865-1870), com a vinda das frentes de colonização, como a Companhia Matte Larangeira. Os Kaiowá e Guarani foram confinados, através de um processo claramente marcado pelo desrespeito aos dispositivos legais e por violências físicas e culturais. Nos últimos anos buscam retomar parte das terras que lhes foram expropriadas no decorrer de sua história, mas confronta-se com títulos de propriedades dados pelo Governo que começaram a ser doadas na época na empresa ervateira, para que o restante das terras “tidas como devolutas”, fossem usadas para as frentes de colonização.

Os indígenas foram ocultados do trabalho dos ervais, a história vista de cima fechou olhos para a violência e os deslocamentos forçados que as comunidades indígenas passaram no decorrer de sua história. Através da reconstituição da história das diversas comunidades indígenas Kaiowá e Guarani, apoiada nas pesquisas de vários historiadores e antropólogos ligados à temática indígena, o presente trabalho procurou estudar o empreendimento ervateiro, dando enfoque à presença indígena no trabalho dos ervais. A mão de obra paraguaia é apontada por vários historiadores como predominante no cotidiano ervateiro, e segundo Bianchini (2000, p. 175) esta estatística é confirmada pela leitura dos documentos da empresa.

²⁰ Fonte: Museu do Índio, microfilme 017, planilha 277, filme 019. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/Neppi/UCDB, Campo Grande, 2009.

Ao analisarmos os estudos sobre a companhia Matte Larangeira, vemos que os pesquisadores concentram-se suas pesquisas no lado econômico como frente pioneira de ocupação, uma história escrita pelos vencedores, na qual a historiografia regional vem se omitindo ao mostrar que os únicos trabalhadores foram os paraguaios. Apoiado em ampla pesquisa documental com novos e velhos documentos mas com diferentes perguntas, relatos de índios e não índios fica evidente a participação indígena no trabalho ervateiro, já identificados em alguns trabalhos com os de Brand (1997).

O próprio sistema impôs certa invisibilidade para os indígenas, como analisa Brand (1997), pois ao se caracterizarem como paraguaios poderiam fugir do preconceito e do estigma de “bugre”. Outro fator facilitador da invisibilidade dos índios na empresa ervateira talvez tenha sido a língua e costumes aparentemente próximos com os paraguaios. Vale ressaltar que mesmo sendo expropriados os indígenas construíram sua própria estratégia para lidar com o não índio, se passando por paraguaio.

O estudo ainda em andamento nos permitiu constatar que há necessidade de pesquisarmos com mais profundidade a documentação do serviço de proteção ao índio, os relatos dos próprios Kaiowá e Guarani sobre a participação na Companhia Matte. Como ressalta Carneiro da Cunha (1992, p. 22), “isso não significa que caiba provar a ocupação indígena com os documentos escritos”, mas que eles próprios possam contar sua história, e que as relações de brancos e índios sejam mais justas, superando a invisibilidade indígena na história sul-mato-grossense.

LOS GUARANÍ-KAIOWÁ COMO MANO DE OBRA EN EL HERBAL DE LA COMPAÑÍA MATE LARANJEIRA (1890-1960)

Resumen: Con el fin de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) hay, por parte del gobierno, el interés en proteger las fronteras, que se consideraban vulnerables mediante la apertura de la región para las inversiones económicas. Se asienta en un territorio tradicional kaiowá-guaraní, la Compañía Mate Larangeira, que fue el primer desarrollo económico en el sur del entonces estado de Mato Grosso. La compañía monopolizó durante 50 años la celebración de la yerba mate nativa con amplia participación de los indígenas y el trabajo en la extracción y manipulación de la hierba extraída. El propósito de esta investigación es estudiar la participación del Servicio de Protección al Indio, SPI, en la agencia de mano de obra y el desplazamiento de las familias para liberar tierras para la colonización. Este trabajo ha sido apoyado en la revisión de la literatura sobre la Compañía Mate Larangeira y en microfilm y documentos SPI, disponible en el Centro para la Documentación Digital y Biblioteca Teko ARANDU / Neppi-UCDB. Nuestras conclusiones provisionales permiten afirmar que las consecuencias de la explotación de recursos naturales en tierras indígenas y el proceso de contención que se les imponen son la fuente principal de los problemas experimentados por los pueblos indígenas en el presente, en particular en lo que se refiere a la organización social.

Palabras clave: kaiowá y guaraní; empresas comerciales; territorio; SPI

Referências

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 195-310. (Coleção Histórica. Coletânea).

_____. *Frutos da terra*. Os trabalhadores da Matte Laranjeira. Londrina: Editora UEL, 1997.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Identidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 335pp, 1997.

BIANCHINI, Odaléia da Conceição Diniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra no sul de Mato Grosso (1880- 1940)**. Campo Grande Editora da UFMS, 2000.

BRAND, A. J. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. “O bom mesmo é ficar sem capitão” o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS”. In: *TELLUS*, Campo Grande: UCDB, ano 1, n. 1, 2001.

BRAND, A.; FERREIRA, E.M.L.; BATISTA, S.B.; AZAMBUJA DE ALMEIDA,

F.A.; SIQUEIRA, E.M. *Ação do Serviço de Proteção aos Índios junto aos Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul*. Comunicação Coordenada/ANPUH, 2004.

CORREA FILHO, Virgílio. *A sombra dos Hervaes Matogrossenses*. São Paulo: Editora São Paulo, 1925.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

GUILLEN, Isabel Cristina. *O imaginário do Sertão*. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945). 1991. Dissertação (Mestrado)– UNICAMP, Campinas.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate: o outro lado - a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora UNICAMP, 1985.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*. 1992. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜMBERG, Georg; GRÜMBERG, Friedl. *Los Pa)-Tavyterã-Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Católica “N.S. de la Asunción”, 1976.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiowá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2003.

PEREIRA, Levi M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. In: *Tellus*, Campo Grande, ano 3, n. 4, p. 137-145, 2003.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902), *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 125-146, janeiro-junho de 2010.

SEREJO, Hélio. Caraí. In: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986 (Série Histórica. Coletânea).

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIETTA, Kátia. História sobre terras e xamãs Kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre Brasil e o Paraguai. 2007. Tese (Doutorado) _ Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, São Paulo.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: SMC: FAPESP, 1992.

SOBRE AS AUTORAS

Eva Maria Luiz Ferreira – Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados; pesquisadora do Programa Kaiowá/Guarani do Núcleo de Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI) da Universidade Católica Dom Bosco.

Mariana Silva Falcão - Graduanda em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); pesquisadora bolsista no Núcleo de Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI) da Universidade Católica Dom Bosco.

Recebido em 05/11/13

Aceito em 06/12/13